



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

Notas Explicativas do Balanço Orçamentário Poder Legislativo

Nota 1 - Contexto operacional: os dados apresentados compreendem os órgãos da Administração Direta e Indireta do Município, no que tange à previsão e execução das despesas orçamentárias, cujo detalhamento atende as especificações da Portaria Interministerial STN/SOF n.º 163/2001 e respectivas alterações. Foram também observados os detalhamentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nota 2 - Critério de apropriação: considerou os repasses recebidos e as despesas legalmente empenhadas no exercício, nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64.

Nota 3 - Repasses Recebidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasses recebidos pelo Poder Legislativo	R\$ 397.612,23
Total dos repasses recebidos	R\$ 397.612,23

Nota 4 – Detalhamento da Execução Orçamentária por Tipo de Crédito: o quadro a seguir detalha, por tipo de crédito, o resultado da execução orçamentária da despesa durante o exercício financeiro de 2018:

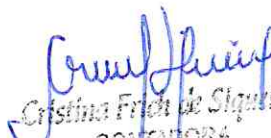
Tipo de Crédito	Total autorizado (A)	Valores Empenhados (B)	Valores Liquidados (c)	Valores Pagos (D)	Saldo Global das Dotações (A – B)
Inicial + Suplementações	R\$ 378.500,00 + 101.000,00	R\$ 398.666,36	R\$ 341.470,36	R\$ 341.470,36	R\$ 44.833,64
Especiais					
Extraordinários	R\$ 0,00				
Reduções	R\$ 36.000,00				
SOMA	R\$ 443.500,00				R\$ 44.833,64

Nota 5 - Restos a Pagar: as despesas que foram empenhadas e não pagas até o último dia útil de 2018 foram inscritas e escrituradas como Restos a Pagar Processados e Não Processados, em atendimento aos artigos 35, 36 e 92 da Lei nº 4.320/1964. Para fins de inscrição, foram observadas

14

as recomendações da Instrução Normativa nº 19/2016, do Tribunal de Contas do Estado e os preceitos da Lei Complementar nº 101/2000.

Restos a Pagar	Exercícios Anteriores	Inscritos em 2018	Total
Processados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Não Processados	R\$ 0,00	R\$ 57.196,00	R\$ 57.196,00
TOTAL			R\$ 57.196,00


Cristiana Fritsch de Siqueira
CONTADOR
CRCRS 29438



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

Notas Explicativas do Balanço Patrimonial Poder Legislativo

Nota 1 – Contexto Operacional: o Município de Alto Feliz, pessoa jurídica de direito público, é compreendido, na Administração Direta, pelos órgãos sem personalidade jurídica do Poder Executivo, composto por 08 Secretarias Municipais, Fundos Especiais e o Poder Legislativo.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis: foram elaboradas em observância com os dispositivos legais que regulam o assunto, em especial a Lei nº 4.320/64, a Lei Complementar nº 101/2000, os Princípios de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e demais disposições normativas vigentes.

Nota 3 – Caixa e Equivalente de Caixa: compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Em 2018, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizou Câmara R\$ 58.121,87.

Nota 4 – Estoques: compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração, com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades. Em 2018 o a Câmara Municipal de Alto Feliz, não possuem Almoxarifado e nem Estoque. Cabe salientar que a Contabilidade inúmeras vezes solicitou providências ao Poder Executivo (Comissão Patrimônio de todas as Unidades Gestoras), para poder contabilizar, depreciar os bens do Poder Legislativo, mas até a presente data, nada resolvido.

Nota 5 – Imobilizado – Bens Móveis: os saldos apresentados correspondem aos valores líquidos, constantes no Balanço do Município, realizado em 31-12-2018. Em 2018, NÃO foi iniciado o procedimento de depreciação, pois a Comissão Permanente foi instaurada pela última Portaria nº 225/18, 17/07/2018, sendo que os mesmos estão fazendo o levantamento dos bens.

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.1.1.01 - MAQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	R\$ 10.246,90
1.2.3.1.1.02 - BENS DE INFORMATICA	R\$ 18.428,20
1.2.3.1.1.03 - MOVEIS E UTENSILIOS	R\$ 15.865,90
1.2.3.1.1.04 - MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	R\$ 990,00
1.2.3.1.1.99 - DEMAIS BENS MOVEIS	R\$ 10.981,00
Total de Bens Móveis	R\$ 56.512,00

Nota 6 – Imobilizado – Bens Imóveis: os saldos apresentados compreendem os bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso. Visando espelhar a realidade patrimonial para elaboração do Balanço, em observância às normas vigentes. Ainda, cumpre relatar que, através da Comissão criada pela Portaria em vigor 225/18, 17/07/2018, estão identificando os bens móveis e imóveis, mas devido ao curto prazo de tempo até o final de exercício, não terminaram o inventário e o relatório para a contabilidade.

Título / Subtítulo	Saldo
1.2.3.2.1.04 - BENS DOMINICAIS	R\$ 411.517,32
1.2.3.2.1.06 - BENS IMOVEIS EM ANDAMENTO	R\$ 111.931,26
Total de Bens Imóveis	R\$ 523.448,58

Nota 07 – Ativo Intangível: nos Bens Intangíveis estão compreendidos os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das ações de governo ou exercidos com essa finalidade. No caso do Município, esta rubrica é composta por softwares desenvolvidos especificamente para atender às necessidades da Administração, marcas, direitos e patentes industriais, deduzidas as respectivas amortizações acumuladas. O Intangível totalizou R\$ 0,00.

Nota 08 - Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo e a Longo Prazo: compreende o saldo das obrigações reconhecidas pelo regime de competência referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações. No curto prazo foram classificados os valores exigíveis em até 12 meses da data das demonstrações contábeis. O restante das obrigações dessa natureza foram classificados no longo prazo. O quadro a seguir demonstra, para efeitos de comparação, os valores registrados a curto e a longo prazo:

Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	Saldo	Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	Saldo
2.1.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	R\$ 4.397,55	2.2.1.1.0.00 - PESSOAL A PAGAR	R\$ 0,00
2.1.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	R\$ 0,00	2.2.1.2.0.00 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	R\$ 0,00
2.1.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	R\$ 0,00	2.2.1.3.0.00 - BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	R\$ 0,00
2.1.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ 923,47	2.2.1.4.0.00 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	R\$ 0,00
Total a Curto Prazo	R\$ 5.321,02	Total a Longo Prazo	R\$ 0,00

Nota 09 – Patrimônio Líquido: compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria. Após apuração do resultado do exercício, que evidenciou um superávit de 20,4%, o Patrimônio Líquido apresentou ao ano de 2018 o valor de R\$ 632.761,43.

Nota 10 – Ajustes de Exercício Anteriores: de acordo com o MCASP, os ajustes de exercícios anteriores são relacionados com registros decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, omissão de registro, ou retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Nesta rubrica encontra-se registrado o saldo de R\$ 0,00, pois já ajustado para a conta do superávit do exercício anterior. Houve alguns ajustes de lançamentos não ocorridos no devido tempo, principalmente para acertar VPD de valor já provisionado no exercício anterior e ajuste de movimento de conta corrente DDR.


Cristine Frick de Siqueira
CONTÁBIL
CPF 039.239.320



Prefeitura Municipal de Alto Feliz

Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais Poder Legislativo

Nota 1 – - Repasses Concedidos: de acordo com o Portaria STN nº 339/2001, os repasses financeiros pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo, ao Regime Próprio de Previdência Social, foram processados por meio de documentos próprios, sem a emissão de empenho, sendo que os registros contábeis das transferências financeiras concedidas e recebidas foram efetuados em contas contábeis específicas de resultado, que representem as variações passivas e ativas financeiras correspondentes, conforme o seguinte resumo:

Repasses concedidos ao Poder Legislativo	R\$ 397.612,23
Total dos repasses concedidos	R\$ 397.612,23

Nota 2 – Resultado Patrimonial do Período: como resultado do confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, tem-se que o resultado patrimonial foi positivo, totalizando o valor de R\$ 632.761,43 em comparação ao Exercício Anterior R\$ 467.709,32, onde o resultado Acumulado ficou em R\$ 165.052,11.


Cristiane Fritzsche Silveira
CONTADORIA
GRUPO 20570